



Competências Específicas e Conteúdos das Áreas Curriculares

GRUPO 430 – ECONOMIA E CONTABILIDADE SECUNDÁRIO

Disciplina Economia A 11º Ano

Conteúdos	Competências específicas
<p>8- Os agentes económicos e o circuito económico.</p> <p>8.1. O circuito económico.</p> <p>8.2. O equilíbrio entre empregos e recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar os agentes económicos com as funções por eles desempenhadas. - Distinguir fluxos reais de fluxos monetários. - Identificar os principais fluxos que se estabelecem entre os agentes económicos. - Elaborar um circuito económico. <p>Justificar a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa economia.</p>
<p>9- A Contabilidade Nacional.</p> <p>9.1. Noção de Contabilidade Nacional.</p> <p>9.2. Conceitos necessários à Contabilidade Nacional.</p> <p>9.3. Ópticas de cálculo do valor da produção.</p> <p>9.4. Limitações da Contabilidade Nacional.</p> <p>9.5. As Contas Nacionais portuguesas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os conceitos necessários à Contabilidade Nacional. - Referir quais os objectivos da Contabilidade Nacional. - Justificar a necessidade de conhecer o funcionamento da actividade económica. - Relacionar as informações de um sistema de Contabilidade Nacional com a definição das políticas de orientação económica e social de um país. - Compreender as diferentes perspectivas de cálculo do valor da produção. - Identificar o problema da múltipla contagem. - Reconhecer as informações dadas por cada uma das ópticas pelas quais se pode calcular o valor do produto. - Calcular o valor do produto segundo as três ópticas consideradas. - Calcular os valores dos Produtos Interno, Nacional, Líquido e Bruto, ao custo de factores, a preços de mercado, a preços correntes e a preços constantes. - Justificar a igualdade: Produto = Rendimento = Despesa. - Compreender as limitações e insuficiências da Contabilidade Nacional. - Conhecer as contas nacionais portuguesas.
<p>10- As relações económicas com o Resto do Mundo.</p> <p>10.1. A necessidade e a diversidade das relações internacionais.</p> <p>10.2. O registo das relações com o Resto do Mundo: a Balança de Pagamentos.</p> <p>10.3. As políticas comerciais e a organização do comércio mundial.</p> <p>10.4. As relações de Portugal com a U.E. e com o Resto do Mundo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância das relações económicas internacionais. - Justificar a necessidade de comércio entre os países. - Reconhecer a diversidade de relações económicas internacionais. - Compreender a forma de contabilizar as relações económicas de um país com o resto do mundo. - Descrever a estrutura da Balança de Pagamentos. - Identificar o registo das operações de troca de bens, serviços e capitais entre um país e o resto do mundo. - Calcular valores de saldos e taxas relativas ao comércio externo. - Interpretar valores relativos ao comércio externo dos países. - Interpretar estatísticas, gráficos e esquemas. - Explicar algumas das políticas comerciais com o resto do mundo. - Distinguir criticamente o livre-cambismo e o proteccionismo. - Referir o papel da organização Mundial do Comércio. - Analisar as relações económicas de Portugal com o resto do mundo e com os outros países da União Europeia.

<p>11- A intervenção do Estado na Economia.</p> <p>11.1. Funções e organização do Estado.</p> <p>11.2. A intervenção do Estado na actividade económica.</p> <p>11.3. As políticas económicas e sociais do Estado português.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o papel do Estado nas sociedades actuais. - Conhecer as principais políticas económicas e sociais do Estado. - Explicitar os objectivos da intervenção do Estado na economia. - Descrever a evolução da intervenção do Estado na economia. - Explicitar as funções económicas e sociais do Estado. - Referir os instrumentos de intervenção do Estado na esfera económica e social. - Justificar a importância do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social. - Distinguir planeamento indicativo de planeamento imperativo. - Explicar a acção de algumas políticas económicas e sociais do Estado português.
<p>12- A Economia portuguesa no contexto da União Europeia.</p> <p>12.1. Noção e formas de integração económica.</p> <p>12.2. O processo de integração na Europa.</p> <p>12.3. Desafios da União Europeia na actualidade. Portugal no contexto da União Europeia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Explicitar as etapas do processo de integração europeia. - Identificar os valores subjacentes ao projecto europeu. - Reconhecer o alcance económico e político do projecto europeu. - Identificar as instituições europeias. - Explicitar as competências das instituições comunitárias. - Explicitar as grandes realizações da União Europeia. - Identificar os principais desafios que se colocam à União Europeia. - Analisar a economia portuguesa no contexto da União Europeia. - Identificar os principais constrangimentos que se colocam à economia portuguesa. - Explicar a importância da adesão à União Europeia na vida económica e social do país. - Conhecer as diversas formas de integração. - Compreender a integração económica como um processo longo e complexo. - Enquadrar historicamente o processo de integração europeia. - Explicitar as etapas do processo de integração europeia. - Identificar os valores subjacentes ao projecto europeu. - Reconhecer o alcance económico e político do projecto europeu. - Identificar as instituições europeias. - Explicitar as competências das instituições comunitárias. - Explicitar as grandes realizações da União Europeia. - Identificar os principais desafios que se colocam à União Europeia. - Analisar a economia portuguesa no contexto da União Europeia. - Identificar os principais constrangimentos que se colocam à economia portuguesa. - Explicar a importância da adesão à União Europeia na vida económica e social do país.

GRUPO 430 – ECONOMIA E CONTABILIDADE SECUNDÁRIO

Disciplina Direito 12º Ano

Conteúdos	Competências específicas
<p>Apresentação do programa</p> <p>1.1 A natureza social do Homem</p> <p>1.2 A necessidade da existência do Direito</p> <p>1.3 As diversas ordens sociais normativas</p> <p>1.4 O Direito como produto cultural</p> <p>1.5 O Direito e a evolução</p>	<p>Reflectir sobre a natureza eminentemente social do Homem, a qual implica uma constante interacção Homem/Sociedade e uma adequada existência de normas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o Direito como ordem social normativa • Conhecer as diversas ordens sociais normativas • Compreender as características das normas jurídicas <p>Compreender o Direito como produto cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflectir o Direito como “produto” criado pelo Homem e adaptado à dinâmica da sociedade • Referir os valores fundamentais do Direito: Justiça, Segurança e

social	<p>Equidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de mudança social e os seus reflexos na evolução do Direito
<p>2.1 Noção de personalidade jurídica</p> <p>2.2 Direito Constitucional – conceito e importância</p> <p>2.3 Os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias</p> <p>2.4 A problemática dos Direitos Humanos</p>	<p>Conhecer a noção de personalidade jurídica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir entre personalidade jurídica e capacidade jurídica • Conhecer os direitos da personalidade; direitos civis e políticos; direitos económicos e sociais • Conhecer o conceito e a importância do Direito Constitucional • Referir a noção de Constituição • Compreender a relevância da C.R.P. no conjunto do edifício jurídico • Referir as três gerações dos Direitos Humanos • Analisar os mecanismos de defesa dos D.H. no mundo actual: A Declaração Universal dos Direitos do Homem A Convenção Europeia dos Direitos do Homem O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem A Amnistia Internacional • Analisar o papel de alguns organismos na defesa dos D.H., nomeadamente, a Amnistia Internacional, a Ordem dos Advogados
<p>1. Direito Público e Direito Privado</p> <p>2. Noção e elementos do Estado</p> <p>3. Poderes e funções do Estado</p> <p>4. Órgãos de soberania</p> <p>5. Do Estado de Direito ao Estado Social de Direito</p> <p>6. Mecanismos de defesa do cidadão perante a Administração Pública</p>	<p>Distinguir Direito Público de Direito Privado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o conceito de estado e respectivos elementos: comunidade, território e poder político • Reflectir sobre situações onde se verifique a inexistência de um ou mais desses elementos • Distinguir poder político de soberania • Caracterizar e distinguir as diversas funções do Estado • Articular as funções com os órgãos do Estado • Conhecer os diversos órgãos de soberania e respectiva composição e funções • Articular o funcionamento dos diversos órgãos de soberania • Identificar as características essenciais de um Estado de Direito • Analisar a evolução social e jurídica inerente à transição do Estado Liberal de Direito para o Estado Social de Direito • Referir sumariamente a reclamação, o recurso hierárquico e o recurso contencioso como formas de o cidadão se defender contra actos da Administração
<p>1.1 As relações internacionais</p> <p>1.2 O Direito Internacional</p>	<p>Definir comunidade internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflectir sobre o mundo actual como um espaço globalizado e com crescentes relações internacionais • Alertar para o facto de o Estado correr o risco de ser ultrapassado por certos poderes resultantes da globalização – v.g. o poder económico e financeiro –, se não criar mecanismos fortes de coesão interna sem necessidade de cair no nacionalismo xenófobo • Definir Direito Internacional Público • Destacar as especificidades do D.I.P. <p>Distinguir D.I.P. e Direito Interno</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as fontes de D.I.P. • Problematizar a eficácia do D.I.P.
<p>2.1 O Direito Comunitário</p> <p>2.2 Estrutura orgânica da Comunidade – breve referência</p> <p>2.3 Direito Comunitário e Direito Interno</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o Direito Comunitário • Referir as várias fases da integração europeia, desde a CEE até à EU • Conhecer a estrutura orgânica da Comunidade Europeia • Distinguir Direito Comunitário e Direito Interno • Compreender o princípio da recepção automática consagrado no artigo 8º da C.R.P.
<p>1.1 A Lei</p> <p>1.1.1 Os vários sentidos da lei</p> <p>1.1.2 Processo de elaboração das leis</p> <p>1.1.3 O início e o</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir sobre o conceito de “fontes de direito” • Dar uma noção de lei • Distinguir direito substantivo de direito adjectivo • Distinguir:

termo de vigência da lei 1.1.4 A hierarquia das leis 1.2 O Costume 1.3 A Jurisprudência 1.4 A Doutrina 1.5 Os Tratados Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Lei em sentido amplo e lei em sentido restrito - Lei em sentido material e lei em sentido formal - Lei constitucional e lei ordinária • Analisar as principais fases do processo de elaboração das leis • Reflectir sobre a importância da vacatio legis • Distinguir entre revogação e caducidade • Estabelecer a hierarquia das leis • Distinguir entre regulamentos e directivas comunitárias • Analisar o conceito de jurisprudência • Distinguir as diferentes decisões dos tribunais: despachos, sentenças e acórdãos • Esclarecer a importância da doutrina na prática jurídica • Referir a noção de tratado internacional • Analisar o valor dos tratados internacionais como fonte de direito à luz da Constituição
2.1 O controlo da legalidade 2.1.1 Legalidade e Direitos Fundamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadrar a problemática do controlo da legalidade • Relacionar o princípio da legalidade com os direitos fundamentais dos cidadãos
1.1 Noção de Relação Jurídica 1.2 Direito subjectivo e dever jurídico 1.3 Direito potestativo e sujeição	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o conceito de relação jurídica • Dar uma noção de direito subjectivo • Distinguir direitos subjectivos, propriamente ditos, de direitos potestativos • Distinguir dever jurídico de sujeição
2.1 Os Sujeitos 2.2 O Objecto 2.3 O Facto jurídico 2.3.1 O negócio jurídico 2.4 A Garantia das Obrigações – breve referência	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os elementos de qualquer relação jurídica • Identificar o sujeito activo e o sujeito passivo • Conhecer a noção de capacidade jurídica • Distinguir a capacidade jurídica ou de gozo de capacidade de exercício de direitos • Conhecer as principais situações de incapacidade • Dar uma noção de objecto • Distinguir objecto imediato de mediato • Conhecer os possíveis objectos da relação jurídica • Destacar os direitos de personalidade • Compreender que nem todos os factos são relevantes para o Direito • Identificar o facto jurídico • Exemplificar actos jurídicos lícitos e ilícitos • Distinguir o negócio jurídico do simples acto jurídico • Conhecer os elementos essenciais do negócio jurídico • Diferenciar os diversos tipos de negócios jurídicos • Distinguir garantias pessoais de reais
1. A prática jurídica e a aplicação do Direito	<ul style="list-style-type: none"> • Referir à luz da constituição o papel dos tribunais como órgãos de soberania com competência para exercer a função jurisdicional do Estado • Identificar as várias categorias de tribunais • Conhecer as formas extrajudiciais de resolução de conflitos (acordos extrajudiciais, tribunais arbitrais, centros de arbitragem e Julgados de Paz)

O Delegado de Disciplina
